



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO
ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2025

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade do Centro-Oeste - FAU, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO OS PARECERES DOS RECURSOS** do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Marmeleiro-PR, interpostos contra às questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura, no caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa D apresenta o tema central do texto, expresso no seu título e na narração e descrição de fatos relativos ao foguete desenvolvidos ao longo do texto.

QUESTÃO 04 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige que o candidato conheça as regras de acentuação da língua portuguesa e reconheça a motivação para a acentuação das palavras apresentadas na questão (Mesquita, 1999, p. 100 a 103). As palavras *Elétricos* e *Satélites* são acentuadas por ambas serem proparoxítonas. A palavra *Próxima* é acentuada por ser proparoxítona e a palavra *Será* é uma oxítona terminada em a.

A palavra *Módulo* é acentuada por ser uma proparoxítona e a palavra *Útil* é uma paroxítona terminada em i. A palavra *Responsável* é uma paroxítona terminada em l.



e a palavra *Após* é uma oxítônica terminada em o. A palavra *Máximo* é uma proparoxítônica e a palavra *Prédio* é uma paroxítônica terminada em ditongo.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 05 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que na palavra *sequência*, a letra s representa o fonema [s], o mesmo ocorre com a palavra *considerada*. Nas palavras *Empresa*, *Decisiva*, *Fase* e *Desenvolvido*; a letra s representa o fonema [z].

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige que o candidato reconheça a estrutura gramatical das palavras e não sua origem etimológica. A palavra foguete não possui sufixo. As palavras Lançamento, Experimentos, Compatibilidade e Instalados possuem sufixos (Mesquita, 1999, p. 132 e 133).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 08 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige que o candidato reconheça que, no período em tela, o termo *universidades* funciona como um substantivo e o termo *espaciais* funciona como adjetivo que está qualificando o substantivo *lançamentos* (Mesquita, 1999, p. 190).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.



QUESTÃO 09 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o sujeito é o termo que indica o ser a respeito de quem se diz alguma coisa (Mesquita, 1999, p. 399). No enunciado, se diz do foguete quando ele será lançado.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 10 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige que o candidato faça a análise sintática do período e reconheça que a oração em destaque no enunciado classifica-se como uma oração subordinada substantiva predicativa que é aquela que funciona como predicativo da oração principal, na qual aparece o verbo de ligação, mais comumente o verbo ser (Mesquita, 1999, p. 452).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 12 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros de cálculo ou interpretação.

Resolução:

O padrão lógico da sequência é a diferença entre os elementos.

$$30 - 23 = 7$$

$$44 - 30 = 14$$

$65 - 44 = 21$ ou seja, a diferença entre os elementos são os múltiplos de 7, desta forma, o próximo múltiplo é o 28.

$$65 + 28 = 93.$$

Alternativa correta letra D.



QUESTÃO 19 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros de cálculo ou interpretação.

RESOLUÇÃO:

No lançamento de dois dados os possíveis resultados são:

(1 ; 1)	(1 ; 2)	(1 ; 3)	(1 ; 4)	(1 ; 5)	(1 ; 6)
(2 ; 1)	(2 ; 2)	(2 ; 3)	(2 ; 4)	(2 ; 5)	(2 ; 6)
(3 ; 1)	(3 ; 2)	(3 ; 3)	(3 ; 4)	(3 ; 5)	(3 ; 6)
(4 ; 1)	(4 ; 2)	(4 ; 3)	(4 ; 4)	(4 ; 5)	(4 ; 6)
(5 ; 1)	(5 ; 2)	(5 ; 3)	(5 ; 4)	(5 ; 5)	(5 ; 6)
(6 ; 1)	(6 ; 2)	(6 ; 3)	(6 ; 4)	(6 ; 5)	(6 ; 6)

E as possíveis somas são:

Soma 2 : (1 ; 1)

Soma 3 : (1 ; 2) , (2 ; 1)

Soma 4 : (1 ; 3) , (2 ; 2) , (3 ; 1)

Soma 5 : (1 ; 4) , (2 ; 3) , (3 ; 2) , (4 ; 1)

Soma 6 : (1 ; 5) , (2 ; 4) , (3 ; 3) , (4 ; 2) , (5 ; 1)

Soma 7 : (1 ; 6) , (2 ; 5) , (3 ; 4) , (4 ; 3) , (5 ; 2) , (6 ; 1)

Soma 8 : (2 ; 6) , (3 ; 5) , (4 ; 4) , (5 ; 3) , (6 ; 2)

Soma 9 : (3 ; 6) , (4 ; 5) , (5 ; 4) , (6 ; 3)

Soma 10: (4 ; 6) , (5 ; 5) , (6 ; 4)

Soma 11 : (5 ; 6) , (6 ; 5)

Soma 12 : (6 ; 6)

Como explicitado, a soma com mais combinações possíveis de pares é a que soma 7.

Alternativa correta letra B.

CONHECIMENTOS GERAIS/LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a análise literal da LC nº



2.095/2013 confirma a validade integral dos itens tal como expresso no gabarito preliminar. A possibilidade de prorrogação está expressamente prevista no Art. 36, § 1º, não havendo controvérsia alguma. Da mesma maneira, se numa questão de verdadeiro ou falso existe uma afirmação em não conformidade, não há erro técnico-jurídico, e sim afirmação falsa, que deve ser tratada como tal pelo candidato conforme indica o enunciado. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: MARMELEIRO (Município). Lei Complementar nº 2.095, de 23 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Marmeleiro. Diário Oficial do Município, Marmeleiro, 23 set. 2013. Disponível em: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/leis/lei-complementar-no-2.095-de-23-de-setembro-de-2013/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a correta interpretação da questão deve atentar à função delimitadora e restritiva da palavra "abaixo" no enunciado. Ela vincula o julgamento do candidato exclusivamente aos itens listados em seguida (I, II, III e IV), e não à totalidade dos princípios existentes na norma. Logo, se o comando não exige o rol exaustivo de princípios; a ausência do princípio da "Eficiência" não torna incorretos os demais que foram apresentados para análise. E, como os quatro princípios citados constam expressamente no Art. 74 da Lei Orgânica, todos os itens propostos "abaixo" são verdadeiros, não há razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: MARMELEIRO (Município). Lei Orgânica do Município de Marmeleiro. Diário Oficial do Município, Marmeleiro, 1990. Atualizada até 2023. Disponível em: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/leis/lei-organica-do-municipio-de-marmeleiro/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o termo “estados”, no contexto da frase “estados sul-americanos”, é amplamente utilizado em língua portuguesa para se referir a países soberanos, especialmente em matérias de geopolítica e relações internacionais. A interpretação correta é que, dadas as opções (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai), se trata de nações, e não de unidades



federativas internas. Os membros fundadores do Mercosul são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Chile não é membro fundador. Assim, a alternativa correta é a que indica apenas I, III e IV (D). A redação não gera ambiguidade insuperável nem prejudica a clareza do item, de forma que não há qualquer razão suficiente para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: MERCOSUL. Tratado de Assunção. Assunção, 26 mar. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativas/tratado-de-assuncao/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o gabarito preliminar não aponta como resposta correta a letra D) Lygia Fagundes Telles e sim a letra A) Marina Colasanti. Além disso, infelizmente a escritora Marina Colasanti faleceu no dia 28 de janeiro de 2025, deixando um rico legado em que algumas façanhas foram descritas no enunciado da questão. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

COLASANTI, Marina. Uma Ideia Toda Azul. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COLASANTI, Marina. A Menina Arco-Íris. São Paulo: Global, 2009.

G1. Escritora Marina Colasanti morre aos 87 anos no Rio. 28 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/28/morre-a-escritora-marina-colasanti.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CNN Brasil. Escritora Marina Colasanti morre aos 87 anos. 28 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/escritora-marina-colasanti-morre-aos-87-anos/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

Wikipedia. Marina Colasanti. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Marina_Colasanti. Acesso em: 9 fev. 2026.

QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Friedrich Merz é o atual chanceler da Alemanha desde maio de 2025. Os fatos narrados no enunciado, como sua participação na COP-30 em Belém e o anúncio de aporte financeiro germânico, são factualmente corretos. Diante disso, nota-se que são os recursos que utilizaram



dados cronologicamente obsoletos para elaborar contestação. Não constituem, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

CNN BRASIL. Chanceler diz que alemães ficaram contentes ao irem embora de Belém.

CNN Brasil, [S. l.], 17 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chanceler-diz-que-alemaes-ficaram-contentes-ao-irem-embora-de-belem/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

DW. O histórico de declarações controversas de Friedrich Merz. DW, [S. l.], 2025. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/o-hist%C3%B3rico-de-declara%C3%A7%C3%B5es-controversas-de-friedrich-merz/a-74793483>. Acesso em: 8 fev. 2026.

G1. Quem é Friedrich Merz, chanceler alemão que disse que comitiva do país ficou contente de deixar Belém após viagem à COP30. G1, [S. l.], 17 nov. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/11/17/quem-e-friedrich-merz-chanceler-alemao-que-disse-que-comitiva-do-pais-ficou-contente-de-deixar-belem-apos-viagem-a-cop30.ghtml>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que o correto seria 2025 e não 205 descrito na alternativa “D”.

QUESTÃO 04 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que na palavra *incêndios*, a letra c representa o fonema [s] e o mesmo ocorre em *acelerado*. Nas palavras *décadas*, *calor*, *ocorre* e *marcando*, a letra c representa o fonema [k].

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.



QUESTÃO 07 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão exige que o candidato reconheça que, entre os usos possíveis do emprego da crase e no enunciado da questão, a crase em “à medida” justifica-se por ser uma locução conjuntiva (Mesquita, 1999, p. 368). O mesmo ocorre na alternativa D, com a locução conjuntiva “à proporção”.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

CONHECIMENTOS GERAIS/LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 15 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a palavra “apenas” inserida no item III altera o sentido do requisito legal, tornando-o FALSO. Conforme o art. 14, III, da Lei Complementar nº 2.095/2013, exige-se que o candidato esteja “quite com as obrigações militares e eleitorais”, sem restrição a outras eventuais obrigações. A presença do termo “apenas” limita indevidamente o requisito e gera dúvida se ele é auto excludente em relação aos demais. Na medida em que não há alternativa que contemple a resposta correta, existe razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: MARMELEIRO (Município). Lei Complementar nº 2.095, de 23 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Marmeleiro. Diário Oficial do Município, Marmeleiro, 23 set. 2013. Disponível em: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/leis/lei-complementar-no-2.095-de-23-de-setembro-de-2013/> Acesso em: 25 mar. 2024.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NÍVEL SUPERIOR

ARQUITETO

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezado candidato, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as assertivas apresentadas estão em consonância com a abordagem conceitual e metodológica desenvolvida por Vicente Del Rio na obra *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. Especificamente quanto à assertiva III, destaca-se que a questão não afirma que a Favela da Maré constitua um estudo de caso sistematizado na obra, mas a utiliza como exemplo ilustrativo de práticas de intervenção urbana de natureza físico-social, em consonância com o escopo analítico do autor.

A obra de Del Rio adota uma abordagem ampla e interdisciplinar do Desenho Urbano, recorrendo a referências internacionais consagradas, como o processo de revitalização de Baltimore, e a experiências brasileiras de urbanização e requalificação de áreas populares, especialmente no contexto das metrópoles nacionais, como o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a menção à Favela da Maré se insere no campo das experiências emblemáticas de intervenção urbana em assentamentos informais, amplamente discutidas no debate urbanístico brasileiro ao qual a obra se vincula, não configurando impropriedade conceitual nem bibliográfica. Ressalta-se, ainda, que as assertivas I, II e IV estão integralmente alinhadas aos fundamentos teóricos, históricos e metodológicos apresentados na obra, incluindo a crítica ao urbanismo moderno, a estrutura metodológica multidisciplinar e a defesa de instrumentos urbanísticos flexíveis e participativos. Assim, não se verifica ambiguidade ou possibilidade de múltiplas interpretações que comprometam a objetividade da questão.

Referência Bibliográfica: DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1999.

QUESTÃO 28 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, em razão de erro material na indicação da base normativa e de interpretação incompatível com a norma vigente. O enunciado refere-se à inexistente “ABNT NBR 10152:2020”, sendo a versão válida a ABNT NBR 10152:2017, não configurando a Errata de 2020 nova edição normativa. Ademais, a



questão trata valores de L_{Aeq} e L_{ASmax} como limites rígidos, quando a norma estabelece valores de referência orientativos, cuja aplicação depende das características do ambiente. Tal imprecisão, aliada à contradição interna com outro item da prova, compromete a objetividade da avaliação, inviabilizando a identificação inequívoca de alternativa incorreta.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10152:2017 — *Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações*. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

QUESTÃO 31 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista a identificação de erro conceitual na assertiva III. Ao afirmar que os dados legislativos aplicáveis ao projeto arquitetônico são de competência exclusivamente municipal, a assertiva contraria o ordenamento técnico-normativo vigente. Conforme a ABNT NBR 6492:2021, os documentos técnicos que subsidiam o projeto arquitetônico devem contemplar exigências legais de diferentes esferas administrativas, incluindo normas municipais, estaduais e federais. Assim, não há alternativa plenamente correta, o que compromete a objetividade da questão.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6492:2021 — *Representação de projetos de arquitetura*. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que o comando apresenta de forma clara o critério de preenchimento da sequência numérica, explicitando que a leitura da 2ª coluna deve ser realizada de baixo para cima, conforme indicado no enunciado. A associação entre os termos e definições está em conformidade com os conceitos estabelecidos na ABNT NBR 15220-2:2022, não havendo ambiguidade interpretativa que comprometa a objetividade da questão. Ademais, a nomenclatura utilizada permite a correta identificação conceitual dos parâmetros térmicos solicitados, sendo possível reconhecer uma única alternativa correta.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15220-2:2022 — *Desempenho térmico de edificações — Parte 2: Métodos de cálculo da transmitância térmica, da capacidade térmica, do atraso térmico e do fator solar de elementos e componentes de edificações*. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.



QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que as assertivas consideradas corretas estão em conformidade com a ABNT NBR 9050:2020. Conforme o item 5.6.4.3 da norma, os semáforos para pedestres devem emitir sinais sonoros ou vibratórios associados aos sinais visuais, com nível de pressão sonora de 10 dBA acima do ruído momentâneo mensurado no local, além de sincronização entre os sinais e requisitos de acionamento manual. Assim, as assertivas I, II e III refletem corretamente os critérios normativos aplicáveis, não havendo erro técnico que justifique a alteração do gabarito.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050:2020 — *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que as assertivas apresentadas foram corretamente formuladas para avaliar a compreensão crítica da obra *Cidades Rebeldes*, de David Harvey. As assertivas II e III descrevem posições que não são sustentadas pelo autor, funcionando como proposições negativas que devem ser reconhecidas como incorretas pelo candidato. A alternativa correta considera o conjunto das assertivas à luz da abordagem teórica de Harvey, segundo a qual a urbanização está intrinsecamente vinculada à lógica de absorção de excedentes do capital e a produção do espaço urbano é um processo político, social e cultural, conforme explicitado nas assertivas I e IV. Assim, não há contradição teórica no gabarito preliminar, mantendo-se correta a alternativa D – Todas as afirmativas estão corretas, no sentido de que todas foram adequadamente elaboradas para a análise proposta.

Referência Bibliográfica: HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que as expressões apresentadas e as assertivas associadas estão em conformidade com o tratamento físico do fluxo



térmico em paredes opacas exposto por Frota e Schiffer (2003). A utilização das notações k e K não compromete a interpretação do modelo, tratando-se do mesmo coeficiente global de transferência térmica aplicado às parcelas associadas à radiação solar e à diferença de temperatura. As assertivas II e IV descrevem corretamente a decomposição do fluxo térmico e o papel do coeficiente global na equação, enquanto as assertivas I e III apresentam incorreções conceituais. Assim, permanece válida a alternativa indicada no gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica: FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. Manual de conforto térmico. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que todas as assertivas estão em conformidade com o método de identificação de som tonal estabelecido no Anexo A da ABNT NBR 10152:2017. Os critérios de excedência por faixa de frequência descritos nas assertivas I, II e III correspondem fielmente aos limites normativos, e a assertiva IV reflete corretamente a recomendação do uso da análise espectral por Transformada Rápida de Fourier (FFT) como ferramenta complementar nos casos em que o método de comparação por bandas de $1/3$ de oitava se mostra insuficiente. Não há inconsistência normativa nem erro conceitual no enunciado ou no gabarito divulgado, sendo improcedente o pedido de anulação.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10152:2017 — *Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações*. Rio de Janeiro, 2017.

QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que as assertivas I, II, III e IV estão em conformidade com os critérios técnicos adotados para a avaliação da disponibilidade de luz natural, conforme diretrizes normativas e metodológicas vigentes. A assertiva I utiliza corretamente a classificação das aberturas em função de sua orientação e inclinação para a aplicação de fatores de depreciação por sujeira, não havendo contradição conceitual com a Portaria nº 309/2022, que apresenta valores de referência equivalentes. As assertivas II, III e IV refletem procedimentos aceitos para modelagem, uso de dados e definição de refletâncias internas. A



assertiva V é incorreta ao desconsiderar a influência das esquadrias na transmissão luminosa. Assim, permanece correta a alternativa indicada no gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15575 — *Edificações habitacionais — Desempenho*. BRASIL. Portaria nº 309, de 6 de setembro de 2022 — Regulamentação de procedimentos para avaliação da iluminação natural.

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, uma vez que a alternativa indicada como correta está em conformidade com a definição normativa de produto semiacabado aplicável aos revestimentos orgânicos sobre alumínio. Conforme a ABNT NBR 14125, produto semiacabado corresponde ao produto em estágio intermediário de produção, já com revestimento orgânico aplicado, que ainda será submetido a etapas posteriores para obtenção do produto final. As demais alternativas descrevem defeitos, fenômenos de degradação ou condições de uso, não correspondendo ao conceito solicitado. Assim, permanece correto o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14125 — *Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Requisitos para revestimento orgânico para fins arquitetônicos*. Rio de Janeiro.

ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 30 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que no enunciado da questão, faltou a palavra NÃO. Ou seja, “De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA NÃO compete o parágrafo único do artigo 4º, a garantia de prioridade compreende”.

Referência Bibliográfica: Lei 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.



QUESTÃO 32 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que possui alternativas iguais “B” e “E”

Referência Bibliográfica: Lei 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (nº 8.662/93) diz:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

Portanto, formação em Economia Doméstica não substitui a graduação em serviço social.

Referência Bibliográfica: Lei 8.662, de 7 de junho de 1993.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que “planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais”, constitui uma das competências do/a Assistente Social e, não, atribuição privativa do/a Assistente Social.

Referência Bibliográfica: Lei 8.662, de 7 de junho de 1993.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão solicita a alternativa INCORRETA. E está incorreto afirmar que: “O Serviço Social, desde a sua gênese nos anos 1930, compreendeu que a questão racial é nuclear à questão social”, uma vez que: Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países.

Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial. Pretendemos demonstrar ao longo deste artigo que a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. Por fim, indagamos qual a razão do Serviço Social ainda permanecer tímido com relação à abordagem da questão racial e de sua face mais cruel: o racismo naturalizado nas práticas institucionais cotidianas. (Gonçalves, 2018, p.515)

Referência Bibliográfica: Gonçalves, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa C está CORRETA, sendo que para Mesa-Lago (1978) a análise do caráter histórico-temporal da estruturação dos sistemas de seguridade social da América latina demonstra que os países pioneiros iniciaram nos anos 1920 (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Cuba);



os intermediários estruturaram nos anos 1940 (Costa Rica, Panamá, México, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela); e, os tardios implementaram nos anos de 1950 e 1960 (República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Haiti), o que corresponde a sequência II, I e III.

Referência Bibliográfica: ANDRADE, F. F. Regimes de proteção social na América Latina: modelos e tendências recentes. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 12, p. 21-33, mar. 2012.

VIANA, A. L. d'.; FONSECA, A. M. M.; SILVA, H. P. Proteção social na América Latina e Caribe: mudanças, contradições e limites. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, 2017.

CONTADOR

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Recurso alega que a alternativa III contém imprecisão que compromete a correta interpretação. Vejamos o texto Constitucional:

Art. 167.

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

Afirmativa III da questão:

É vedada a vinculação da receita com impostos municipais para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia.

Conforme demonstrado acima, a afirmativa III da questão está em total desacordo com o texto Constitucional, enquanto o texto da Constituição permite tais ações a alternativa fala em VEDAÇÃO, fazendo com que a alternativa esteja ERRADA e não deixando quaisquer dúvidas na resolução da questão.

Considerando que afirmativa III está INCORRETA o Gabarito segue mantido na letra B (Corretas as afirmativas I, II e IV).

Referência Bibliográfica: Art. 167 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.



QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a simples menção da palavra “despesas” no Enunciado não prejudica a resolução da questão, uma vez que todas as alternativas são completas e independentes, exigindo somente conhecimento sobre Contabilidade Pública. O Enunciado pedia a alternativa INCORRETA, vejamos as alternativas:

(A) A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.

CORRETA: MCASP

3.5.1. Previsão

Compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária¹². Isso deverá ser realizado em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na LRF. Sobre o assunto, vale citar o art. 12 da referida norma:

(B) A receita com taxas, ainda que não conste na Lei do Orçamento Anual, quando registrada será classificada como receita orçamentária.

CORRETA: Art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.

(C) A receita pública adota o regime de competência, considerando a data do lançamento para efeitos de receita orçamentária realizada.

INCORRETA: Arrecadação: MCASP e Lei Federal nº 4.320/1964.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 1282/2010

(D) A receita orçamentária compreende as receitas tributárias, patrimoniais e de serviços do Ente.

CORRETA: Art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.

(E) A alienação de bens é classificada como receita orçamentária de capital.

CORRETA: Art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.



Referência Bibliográfica: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não há que se falar em critério de classificação adotado, uma vez que o critério de registro das variações orçamentárias é único no Brasil, estabelecido pela Lei Federal nº 4.320/1964 e complementado pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). O Capítulo 5 do MCASP explica como devem ser registradas as movimentações orçamentárias. No capítulo 5.2.2. Atualização Monetária, Juros, Multas e Outros Encargos, os registros são somente patrimonial e de controle.

No Capítulo 5.2.4. Baixa, a receita orçamentária (principal e encargos) ocorre mediante o recebimento, conforme texto mencionado no Manual e exemplos apresentados:

O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita sob a ótica orçamentária, com simultânea baixa do crédito registrado anteriormente no ativo contra as contas de disponibilidades, sob a ótica patrimonial.

Referência Bibliográfica: Capítulo 5 (Dívida Ativa) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 31 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “D” PARA “A”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A ALTERNATIVA “A”, tendo em vista que a receita orçamentária segue o Princípio da Competência, conforme mencionado no Enunciado. Para a Contabilidade Pública, a despesa pública ocorre no momento do Empenho (ocorrência do fato gerador). No caso da questão em análise, o fato gerador ocorreu em outubro de 2025 e a pergunta se referia à despesa orçamentária do mês de novembro de 2025. Considerando que o empenho (despesa orçamentária) ocorreu em outubro de 2025, é correto afirmar que, no mês de novembro de 2025 não existe despesa orçamentária, somente a liquidação da despesa anteriormente empenhada.

Referência Bibliográfica: Art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964.



QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Enunciado da questão não mistura conceitos de contabilidade patrimonial e orçamentária. O Enunciado da questão é claro ao apresentar situações ocorridas ao longo dos meses de outubro e novembro de 2025, mas solicita, de forma clara e expressa, que o(a) Candidato(a) assinale a despesa ORÇAMENTÁRIA dos meses de Outubro e Novembro.

A Lei Federal nº 4.320/1964 classifica a aquisição de bens permanentes como uma despesa orçamentária do período, considerando que a aquisição ocorreu no mês de outubro de 2025, neste mês deve ser registrada a despesa orçamentária patrimonial.

O fato de a compra ser realizada com pagamento a vista ou parcelado em nada interfere para fins de despesa orçamentária, respeitando o período do empenho da despesa (outubro).

A depreciação é uma variação patrimonial que incide sobre os bens do Ativo Não Circulante. O fato de ser apresentada a informação do valor da depreciação mensal do bem em nada interfere na resolução da questão, uma vez que tal informação não deveria ser considerada, pois se trata de variação patrimonial e não orçamentária.

Referência Bibliográfica: Art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o MCASP é claro e expresso ao determinar o empenho e a liquidação da despesa no momento da concessão do adiantamento e não na prestação de contas, vejamos o Capítulo 4.9 do referido Manual:

4.9. SUPRIMENTOS DE FUNDOS (REGIME DE ADIANTAMENTO) O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento. Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um



ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Referência Bibliográfica: Capítulo 4.9 do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão não apresenta qualquer dubiedade como alegado no Recurso. O Enunciado da questão menciona que o Ente NÃO adota o empenho global das despesas, ou seja, não realiza o empenho do valor total da operação. Considerando que o Ente não adota o empenho global, a legislação determina a realização do empenho ordinário, segundo o princípio de competência. Sabendo que a receita e despesa com operação de crédito por antecipação da receita é uma operação extraorçamentária, mas os juros da operação são despesas orçamentárias, de acordo com a página 85 do MCASP:

25 Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita

O Enunciado da questão menciona que a operação foi realizada no período de 01/10/2025 a 30/11/2025, compreendendo o período de dois meses, com R\$ 15.000,00 de juros para cada mês e pago de forma única, SEM PARCELAMENTO.

Diante do exposto acima, não restam dúvidas de que a despesa orçamentária ordinária de corresponde a R\$ 15.000,00 para cada mês (outubro e novembro de 2025).

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Referência Bibliográfica: Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 36 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “D” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A LETRA E, tendo em vista que o seguinte:



Cabe salientar que não foi realizado nenhum registro orçamentário relativo a Dezembro de 2025. Ao longo do mês, foi apresentada a nota fiscal dos serviços relativos a novembro de 2025, devidamente atestada e com pagamento previsto para janeiro de 2026. Valores empenhados, liquidados e não pagos são classificados como Restos a Pagar Processados: R\$ 70.000,00

Diante do exposto, o valor inscrito em Restos a Pagar será de R\$ 70.000,00 e nenhum valor em Restos a Pagar Não Processados.

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964 e MCASP.

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a despesa pretendida não foi incluída na Lei do Orçamento, exigindo a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.000,00, uma vez que não podem ser remanejados recursos orçamentários para despesas não previstas, exigindo análise legislativa quanto ao gasto não anteriormente previsto. Somente as alternativas A e B apresentam a abertura de Crédito Adicional Especial de R\$ 120.000,00.

Como foi mencionado que existia um excedente na dotação no valor de R\$ 30.000,00, este montante pode ser cancelado e utilizado para abertura de Crédito Adicional Especial. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, os valores que podem ser utilizados para abertura de crédito adicional são os seguintes:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim dêste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.



Considerando que o Crédito Adicional Especial a ser aberto exige o valor de R\$ 120.000,00 e R\$ 30.000,00 podem ser utilizados da anulação de créditos adicional excedentes, se faz necessária a realização de operação de crédito no valor de R\$ 90.000,00.

Referência Bibliográfica: Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Enunciado solicitava a informação que NÃO deve ser considerada para fins de apuração do Saldo da Dotação no Balanço Orçamentário.

O MCASP é claro ao definir a forma de apuração do Saldo da Dotação:

Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
---------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	--------------------------	------------------------------------

O Saldo da dotação é apurado através da Dotação Atualizada (Dotação Inicial mais Créditos Adicionais menos Anulações e Cancelamentos) deduzida das Despesas Empenhadas.

Referência Bibliográfica: Balanço Orçamentário (Capítulo 2) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que o Enunciado apresentou um erro e prejudicou diretamente os Candidatos na resolução da questão. Ao solicitar que os Candidatos assinalem a alternativa que NÃO apresenta uma Receita Orçamentária o comando interfere no resultado, uma vez que as alternativas tratam de Despesas extraorçamentárias/orçamentárias.

Referência Bibliográfica: MCASP e Lei Federal nº 4320/1964.



QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a única alternativa que representa o valor do Passivo e da Despesa a maior do que o correto é a operação da alternativa E, conforme demonstrado abaixo:

O Pagamento do Fornecedor registrado como despesa aumenta a despesa, uma vez que ela já havia sido registrada no mês anterior e deixa a conta do Fornecedor com uma valor maior do que o correto, uma vez que o registro correto seria um débito na conta do Fornecedor (reduzindo seu saldo).

(A) Compra realizada a prazo, registrada como se tivesse ocorrido a vista.

Caso a compra fosse registrada a vista em vez de pagamento a prazo o ativo estaria a menor do que o correto e o passivo (a pagar) também estaria a menor.

(B) Falta de apropriação (registro) de nota fiscal de fornecedor.

Falta de apropriação de nota fiscal de fornecedor resulta em despesa a menor e obrigação (a pagar) menor do que o correto.

(C) Pagamento de fornecedor registrado em duplicidade.

Pagamento em duplicidade de fornecedor resulta em ativo a menor e passivo a menor.

(D) Pagamento antecipado de fornecedor (com desconto) registrado pelo seu valor integral na conta do Passivo ao invés da conta de resultado.

Pagamento com desconto registrado como valor integral na conta do passivo resulta em receita a menor na conta de receita (falta de registra da receita com desconto)

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 45 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que nenhuma das alternativas responde corretamente ao Enunciado. A questão solicitava aos Candidatos o reflexo do registro contábil da provisão de férias para um Ente Público. A legislação determina que tal operação não representa uma despesa sob o ponto de vista orçamentário, mas corresponde a uma variação patrimonial diminutiva.

Neste sentido, a alternativa correta deveria indicar que o registro contábil da provisão de férias corresponde a uma despesa sob o ponto de vista patrimonial, mas não sob o enfoque orçamentário.



Considerando que nenhuma das alternativas responde corretamente ao Enunciado, se faz necessária a Anulação da questão nº 45.

Referência Bibliográfica: MCASP e Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 50 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a apuração dos resultados primário e nominal deve constar no Relatório Resumido da Gestão Orçamentária e não no Relatório de Gestão Fiscal, conforme demonstrado abaixo:

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

III - resultados nominal e primário;

Referência Bibliográfica: Arts. 53 e 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

ENFERMEIRO

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a EPIDEMIOLOGIA DESCRITIVA “estuda a distribuição das doenças em uma população ou condições relacionadas à saúde”.

[...] A principal diferença entre a Epidemiologia Descritiva e a Epidemiologia Analítica é que a primeira se concentra na “descrição da distribuição de doenças em uma população”, enquanto a segunda investiga as causas e os fatores de risco associados à ocorrência de doenças.

[...] A Epidemiologia Descritiva fornece uma visão geral de onde e a quem as doenças estão afetando, ajudando a formar hipóteses sobre o porquê certas doenças estão ocorrendo em determinados grupos ou áreas. Por outro lado, a Epidemiologia Analítica investiga as associações entre exposições específicas e doenças, auxiliando no desenvolvimento de intervenções e políticas destinadas ao controle e prevenção. Estas duas abordagens trabalham juntas para aumentar a compreensão da saúde e das doenças em populações.



[...] Epidemiologia prevalente, epidemiologia profilática e epidemiologia atípica não são classificações científicas, além de não corresponderem aos conceitos quando interpretadas nominalmente.

[...] Está claro, ao analisar as alternativas, que a questão representa classificações da Epidemiologia, Portanto, a ÚNICA OPÇÃO CORRETA é a (ALTERNATIVA A).

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

ANDRADE, S. M.; SILVA A. M. R.; Soares D. A.; CAMPOS J. J. B. Epidemiologia e indicadores de saúde. In: Bases da Saúde Coletiva. 2 ed. Rev e Ampl. Londrina: Eduel; 2017. p.377- 408.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista a interpretação de um “Princípio” atrelado ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionando-se ao conceito descrito no enunciado, caracterizando “acolhimento e atenção ao indivíduo em sua singularidade” dentro da HUMANIZAÇÃO.

[...] Portanto, a ÚNICA OPÇÃO CORRETA é a (ALTERNATIVA A).

[...] “Singularização”, “Arbitrariedade” e “Universidade” não existem quando relacionados ao SUS; “Responsabilização”, embora tenha correlação, apresenta conceitualização totalmente diferente.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão das diretrizes para organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que A alternativa apontada como correta está em conformidade com a NBR 7211, a qual, embora seja uma norma de especificação, estabelece que a verificação do teor de argila em torrões e materiais friáveis nos agregados deve ser realizada conforme os métodos de ensaio indicados nas normas correspondentes, dentre elas a NBR 7218. Dessa forma, não há confusão normativa, mas sim a aplicação integrada entre norma de especificação e norma de ensaio, conforme prática consolidada no sistema ABNT. As demais alternativas apresentam incorreções técnicas ou afirmativas em desacordo com a referida norma. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica: NBR 7211.

QUESTÃO 29 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA tendo em vista que a alternativa indicada como correta apresenta imprecisão conceitual ao afirmar que, na protensão pré-tensionada, as tensões são aplicadas “antes da cura do concreto”, quando tecnicamente o correto é que a aplicação das tensões ocorre antes da concretagem, sendo a cura um processo posterior. Considerando o nível do cargo e a exigência de rigor técnico na terminologia empregada, tal imprecisão compromete a objetividade da questão, não havendo outra alternativa inequivocamente correta. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que embora a ABNT NBR 7211:2022 não classifique formalmente os agregados miúdos exclusivamente pelo módulo de finura, a norma estabelece limites granulométricos que, na prática consolidada da engenharia, correspondem à classificação técnica de areia média. O intervalo de módulo de finura entre 2,20 e 2,90, associado ao tamanho máximo nominal de 4,8 mm, representa a caracterização usual de areia média empregada em concreto estrutural, sendo a única alternativa compatível com os critérios técnicos correntes e com a aplicação prevista. As demais alternativas apresentam valores



incompatíveis com agregados miúdos utilizados em concreto, razão pela qual se mantém o gabarito preliminar. As demais alternativas são manifestamente incompatíveis, o que elimina dúvida objetiva.

Referência Bibliográfica: NBR 7211:2022.

QUESTÃO 49 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA tendo em vista que A ABNT NBR 6118:2023 estabelece diferentes limites de flecha no Estado Limite de Serviço, os quais variam conforme o tipo de elemento estrutural, a condição de serviço e o grau de sensibilidade dos elementos não estruturais associados. Tanto os valores de $L/250$ quanto de $L/300$ encontram respaldo normativo em contextos distintos. Considerando que o enunciado não especifica o tipo de elemento não estrutural sensível nem a condição particular de aplicação, não é possível identificar uma alternativa inequivocamente correta, configurando ambiguidade interpretativa. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

Referência Bibliográfica: NBR 6118.

ESPECIALISTA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão está correta, visto que as definições para essa questão foram retiradas diretamente da seguinte literatura: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. Vigilância epidemiológica das doenças de transmissão hídrica e alimentar: manual de treinamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 196 p.: il. ISBN 978-65-5993-099-9 1. Vigilância em saúde. 2. Doenças de transmissão hídrica. 3. Doenças transmitidas pelos alimentos. 4. Investigação de surto de doenças. I. Título.



QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão está correta, visto que as definições para essa questão foram retiradas diretamente da seguinte literatura: Richter, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. Pag. 283 – Cloração.

FARMACÊUTICO

QUESTÃO 38 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que após análise técnica do recurso interposto contra o gabarito preliminar da questão 38, a Banca Examinadora procedeu à reavaliação do item à luz dos princípios da objetividade, coerência matemática e fundamentos técnicos de Gestão de Estoques em Farmácia Hospitalar. A questão informa: Consumo médio diário: 45 ampolas; Estoque mínimo estabelecido: 3 dias de consumo; Estoque atual: 60 ampolas; Solicita-se a quantidade mínima de ampolas a ser solicitada para reposição. Conforme os conceitos clássicos de gestão de estoques aplicados à assistência farmacêutica hospitalar, o estoque mínimo (ou estoque de segurança) é calculado pela multiplicação do consumo médio diário pelo número de dias de cobertura definidos institucionalmente:

$E_{min} = 45 \times 3 = 135$ ampolas.

A reposição mínima necessária corresponde à diferença entre o estoque mínimo requerido e o estoque disponível no momento da conferência:

$Reposição\ mínima = 135 - 60 = 75$ ampolas.

Portanto, a quantidade tecnicamente correta a ser solicitada para que o estoque atinja o nível mínimo de segurança é 75 ampolas.

Entretanto, nenhuma das alternativas apresentadas contempla esse valor.

Adicionalmente, a alternativa indicada no gabarito preliminar (letra C – 5 ampolas) não possui fundamentação matemática ou conceitual, uma vez que tal quantidade não recompõe o estoque mínimo exigido, mantendo o saldo muito abaixo do nível de segurança estabelecido pelo próprio enunciado.

Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa correta, caracterizando erro material na elaboração da questão.

O recurso é DEFERIDO, ficando a questão 38 ANULADA.



Referência Bibliográfica:

MARIN, N.; LUIZA, V. L.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; MACHADO-DOS-SANTOS, S. (org.).

Assistência Farmacêutica no Brasil: política, gestão e clínica.

Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

VECINA NETO, G.; REINHARDT FILHO, W. Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos.

São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP.

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que após análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da Questão 49, a Banca Examinadora procedeu à reavaliação técnica do item, à luz dos princípios de Assistência Farmacêutica, Gestão Hospitalar e das atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT). O enunciado apresenta a situação de incorporação de um novo anticoagulante oral (NACO) com eficácia superior apenas em subgrupo específico de pacientes, porém com custo significativamente elevado (30 vezes superior ao padrão-ouro), solicitando-se a ação primordial que o farmacêutico deve recomendar à CFT antes de qualquer decisão sobre a incorporação ao formulário institucional.

Nos processos de seleção e padronização de medicamentos em âmbito hospitalar, compete à CFT assegurar o uso racional, seguro e custo-efetivo, adotando medidas de governança clínica que controlem indicação, consumo e impacto orçamentário. Quando há benefício restrito a populações específicas e alto custo de aquisição, a conduta técnica preconizada na literatura consiste na padronização restritiva, mediante definição de critérios clínicos objetivos para prescrição, por meio de Protocolo Terapêutico Institucional (PTI).

A elaboração de protocolo restritivo constitui instrumento primordial de gestão, pois: delimita a população elegível ao tratamento; evita uso indiscriminado e desperdício de recursos; possibilita controle de consumo e rastreabilidade; permite estimativa real de impacto orçamentário; viabiliza avaliação contínua de efetividade e segurança no contexto local.

Assim, o protocolo não representa etapa posterior à incorporação irrestrita, mas sim condição inicial e mecanismo técnico de controle para eventual uso racional, caracterizando medida preliminar e prioritária da CFT.

A alternativa (E), embora mencione análise de custo-efetividade ampliada comparando o medicamento a todos os concorrentes de mercado, descreve procedimento típico de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) em nível macro-regulatório, não configurando a ação imediata e primordial de gestão clínica



institucional requerida pelo enunciado. Ademais, a CFT hospitalar baseia suas decisões nas necessidades assistenciais locais e em estratégias de uso condicionado, não sendo necessária, como etapa inicial, a realização de nova análise farmacoeconômica de mercado ampliado.

Dessa forma, a alternativa que melhor expressa a atribuição técnica primordial da CFT é:

(D) Sugerir a elaboração de Protocolo Terapêutico Institucional restritivo, definindo critérios clínicos e laboratoriais precisos para o uso do NACO exclusivamente no subgrupo de pacientes que demonstrou benefício, com notificação de uso obrigatória.

Conclui-se, portanto, que o gabarito preliminar está correto.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: instruções técnicas para sua organização. Brasília: MS, 2006.

MARIN, N.; LUIZA, V. L.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; MACHADO-DOS-SANTOS, S. (org.). Assistência Farmacêutica no Brasil: política, gestão e clínica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Drug and Therapeutics Committees: a practical guide. Geneva: WHO, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR (SBRAFH). Padrões mínimos para farmácia hospitalar e serviços de saúde. São Paulo: SBRAFH.

MÉDICO

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o hemograma mostra anemia microcítica e hipocrômica importante (Hb 8 g/dL, VCM 55 fL, HCM 20 pg, CHCM 28%), associada a RDW normal (12%). Esse conjunto de achados é atípico para anemia ferropriva, na qual o RDW costuma estar aumentado, refletindo anisocitose progressiva. Além disso, a paciente nega metrorragia, o que reduz a probabilidade de perda crônica de ferro como causa principal. Por outro lado, a combinação de microcitose desproporcional ao grau da anemia, hipocromia e RDW normal é clássica das talassemias, especialmente talassemia beta menor, nas quais os eritrócitos são pequenos e homogêneos. Dessa forma, o exame que melhor auxilia no diagnóstico



mais provável é a eletroforese de hemoglobina, que permite identificar alterações quantitativas das frações de hemoglobina (como aumento de HbA₂ e/ou HbF).

Referência Bibliográfica: HOFFBRAND A. V., MOSS P. A. H. Hoffbrand's Essential Haematology. 7th ed. Oxford: Wiley-Blackwell; 2016.

QUESTÃO 41 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que apesar de o ciclo descrito pelo recurso pode ser chamado de ciclo de Lösch, o termo ciclo de Loss também é aceito e utilizado em diversas literaturas, sendo o *Trichuris trichiura* um agente que não faz tal ciclo. A utilização de outra terminologia, também aceita na literatura não invalida a questão.

Referência Bibliográfica: GARCIA, L. S. *Diagnostic Medical Parasitology*. 6th ed. Washington, DC: ASM Press; 2016.

QUESTÃO 42 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que há 2 possibilidades de resposta: vitamina B1 e vitamina B12.

Referência Bibliográfica: Harrison's Principles of Internal Medicine.

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a retocolite ulcerativa, uma doença inflamatória intestinal, pode sim, poupar o reto, em contra-partida ao que o candidato escreve no recurso.

Referência Bibliográfica: SPILIADIS C. A., LENNARD-JONES J. E. *Ulcerative colitis with relative sparing of the rectum: clinical features, histology, and prognosis*. Diseases of the Colon & Rectum. 1987;30(5):334-336.

OSHITANI N., KITANO A., NAKAMURA S. *Clinical and prognostic features of rectal sparing in ulcerative colitis*. Digestion. 1989;42(1):39-42.



QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o AUDIT-C é um instrumento simplificado que visa identificar consumo de risco ou uso nocivo do álcool, sendo focado em frequência de consumo, quantidade de consumo e comportamento de risco, sendo a pergunta “Qual a quantidade de doses que você ingere em um dia típico de consumo?” uma pergunta típica que representa o questionamento acerca de quantidade de consumo.

Referência Bibliográfica: BUSH K., KIVLAHAN D. R., MCDONELL M. B., FIHN S. D., BRADLEY K. A., for the Ambulatory Care Quality Improvement Project (ACQUIP). *The AUDIT Alcohol Consumption Questions (AUDIT-C): An effective brief screening test for problem drinking. Archives of Internal Medicine.* 1998;158(16):1789-1795. doi:10.1001/archinte.158.16.1789.

MÉDICO VETERINÁRIO

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista as considerações a seguir especificadas:

A alternativa correta é a (B).

A Raiva dos Herbívoros (causada pelo vírus rábico e transmitida principalmente pelo morcego hematófago *Desmodus rotundus*) é uma doença fatal para a qual não há tratamento, tornando a prevenção via vacinação e controle de vetores a única estratégia viável.

Análise da Alternativa Correta

**** (B) Vacinar todo o rebanho anualmente, antes do período de maior atividade do vetor.****

- Por que está correta? A imunidade conferida pela vacina da raiva não é vitalícia. Para manter títulos de anticorpos protetores em um sistema a pasto, a revacinação anual de todo o rebanho é a recomendação técnica padrão. Além disso, a vacinação estratégica antes do aumento da atividade do vetor (que pode variar conforme a região e o clima) garante que o rebanho esteja com o pico de imunidade quando o risco de transmissão for maior.

Justificativas das Alternativas Incorretas

- (A) Vacinar apenas os bezerros ao desmame...



- Erro: Não existe "imunidade natural" eficaz contra o vírus da raiva em bovinos adultos. Se um animal adulto não for vacinado e for picado por um morcego infectado, ele desenvolverá a doença e morrerá. O protocolo exige a primovacinação e o reforço anual para todas as idades.
- (C) Vacinar apenas os animais que apresentarem sinais neurológicos...
 - Erro: A vacina é preventiva, não curativa. Quando um animal apresenta sinais neurológicos de raiva, o vírus já atingiu o Sistema Nervoso Central e a doença é 100% fatal. Além disso, vacinar um animal já doente não impede a disseminação e nem salva o indivíduo.
- (D) Vacinar apenas as fêmeas gestantes...
 - Erro: Embora a imunidade passiva via colostro seja importante para diversas doenças, ela é temporária e não substitui a necessidade de imunização do restante do rebanho (machos, novilhas e bois gordos), que continuam expostos ao vetor.
- (E) Substituir a vacinação pelo controle do vetor...
 - Erro: O controle do vetor (uso de pastas vampiricidas, por exemplo) é uma medida complementar e nunca substitutiva. Mesmo com o controle populacional de morcegos, um único indivíduo infectado pode causar um surto em um rebanho não vacinado. A legislação e as boas práticas exigem o uso conjunto das duas táticas.

Referência Bibliográfica: RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W.; CONSTABLE, P. D. Veterinary Medicine: A textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs and goats. 10th ed. Edinburgh: Saunders Elsevier, 2007. Página: 1389-1391.

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista as considerações a seguir especificadas:

A alternativa correta é a (A).

A Leishmaniose Visceral Canina (LVC) é transmitida pelo "mosquito-palha" (*Lutzomyia longipalpis*). Como o cão é o principal reservatório do parasita no ambiente urbano, a estratégia mais moderna e eficaz foca em impedir que o inseto pique o animal.

Análise da Alternativa Correta

**** (A) Uso de coleiras impregnadas com inseticidas (deltametrina) em todos os cães do município.****

- Por que está correta? A coleira com deltametrina a 4% possui efeito inseticida e repelente (efeito *excito-repelente*). Ela impede que o vetor pique o cão,



protegendo o animal saudável de se infectar e, crucialmente, impedindo que o animal já infectado transmita o parasita para o mosquito.

- Estudos científicos e testes realizados pelo Ministério da Saúde demonstraram que o encoleiramento em massa em áreas endêmicas reduz drasticamente a prevalência da doença em cães e a incidência em humanos de forma muito mais rápida e aceitável do que a eutanásia.

Justificativas das Alternativas Incorretas

- (B) Eutanásia de cães soropositivos...
 - Erro: Embora tenha sido a principal política pública por décadas, a eutanásia isolada mostrou-se ineficaz. A velocidade de reposição de novos cães suscetíveis é maior que a capacidade de remoção dos infectados. Além disso, há um intervalo longo entre o diagnóstico e a retirada do animal, período em que ele continua transmitindo o parasita para os vetores.
- (C) Borrifação intradomiciliar de inseticidas...
 - Erro: Diferente do mosquito da Dengue, que é doméstico, o mosquito-palha vive e se reproduz em matéria orgânica úmida (folhas, restos de frutas, fezes de animais) no peridomicílio (quintais). Borrifar apenas a parte interna das casas tem impacto limitado, pois o contato cão-vetor ocorre principalmente na área externa.
- (D) Realização de campanhas de castração...
 - Erro: A castração é fundamental para o controle populacional e bem-estar animal, mas não impede a transmissão da Leishmaniose. Um cão castrado continua sendo um alvo para o mosquito e um reservatório potencial do parasita.
- (E) Uso tópico mensal de pipetas... apenas em cães de raça.
 - Erro: Existem dois erros sobre isso:
 1. As pipetas perdem a eficácia mais rápido (geralmente precisam de aplicação rigorosa a cada 21-28 dias) em comparação com as coleiras (que duram meses).
 2. Para saúde pública, a medida deve ser coletiva. Proteger apenas "cães de raça" não cria a proteção populacional necessária para interromper o ciclo da doença na comunidade.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Páginas: 95-97 (Estratégias de Controle do Vetor) e 120-122 (Recomendações sobre o Uso de Coleiras Inseticidas).



QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista as considerações a seguir especificadas:

A alternativa correta é a (D).

A Diarreia Viral Bovina (BVDV) é um dos patógenos mais complexos na medicina veterinária, pois envolve diferentes genótipos (BVDV-1 e BVDV-2) e dois biótipos (citopático e não citopático). A compreensão da resposta imune humoral específica é a chave para resolver essa questão.

Análise da Alternativa Correta

**** (D) Titulação de Anticorpos Neutralizantes (AcN) séricos específicos.****

- Por que está correta? Os anticorpos neutralizantes são aqueles capazes de se ligar ao vírus e impedir que ele infecte a célula do hospedeiro. Na BVDV, a proteção contra a infecção sistêmica e, crucialmente, a proteção fetal (para evitar a formação de animais persistentemente infectados - PI) está diretamente correlacionada com os títulos de anticorpos neutralizantes. Como a "Doença das Mucosas" ocorre apenas em animais PI que sofrem uma superinfecção por uma cepa citopática, a presença de altos títulos de AcN específicos é o melhor indicador de que o sistema imune consegue bloquear a replicação viral antes que a patogenia se agrave.

Justificativas das Alternativas Incorretas

- (A) Titulação de Imunoglobulinas M (IgM) totais por ELISA.
 - Erro: A IgM é o primeiro anticorpo a surgir em uma infecção aguda ou logo após a primeira dose da vacina, mas ela é de curta duração. Para monitorar a proteção conferida por um protocolo vacinal a longo prazo, utiliza-se a IgG ou, mais especificamente, a capacidade de neutralização. Além disso, o ELISA comum pode detectar anticorpos que se ligam ao vírus mas não necessariamente o neutralizam.
- (B) Contagem de linfócitos T CD8+ citotóxicos no sangue.
 - Erro: Embora a imunidade celular (CD8+) seja vital para eliminar células já infectadas, ela não é o parâmetro prático "mais relevante" ou padrão-ouro para medir a proteção conferida pela vacina em termos de monitoramento de rebanho. O monitoramento por soroneutralização (humoral) é o parâmetro técnico de referência.
- (C) Níveis séricos de Interferon-gama (IFN- γ) inespecíficos.
 - Erro: O IFN- γ é uma citocina ligada à resposta imune celular (Th1). Ser "inespecífico" torna o teste inútil para avaliar a proteção contra um vírus específico como o BVDV, pois o aumento pode ser causado por qualquer outro processo inflamatório ou infeccioso.



- (E) Concentração de Imunoglobulinas A (IgA) na saliva.
 - Erro: A IgA é a principal imunoglobulina de mucosas (imunidade local). Embora o BVDV entre pelas mucosas, a proteção sistêmica e a prevenção da Doença das Mucosas dependem fundamentalmente da imunidade humoral sistêmica (sangue), onde a IgG e os anticorpos neutralizantes predominam.

Em Síntese:

Para o BVDV, o teste de Soroneutralização (SN) é considerado o "padrão-ouro" para verificar se a vacina realmente gerou uma memória imunológica capaz de impedir a doença, sendo muito mais informativo que um ELISA de rotina.

Referência Bibliográfica: KELINGER, M. A.; CORTESE, V. S. Bovine Viral Diarrhea Virus: An Updated Review. In: *Veterinary Clinics of North America: Food Animal Practice*, v. 36, n. 2, p. 405-420, July 2020. Página: 412-413 (Seção "Immune Response and Correlates of Protection").

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista as considerações a seguir especificadas:

A alternativa correta é a (A).

A triquinelose é uma zoonose causada pelo nematódeo *Trichinella spiralis*. A principal via de transmissão para humanos é o consumo de carne crua ou mal cozida (especialmente suína) contendo larvas encistadas nos músculos.

Análise da Alternativa Correta

**** (A) Implementar a inspeção post-mortem obrigatória com análise microscópica de amostras de diafragma (prova de digestão artificial) nos matadouros.****

- Por que está correta? Esta é a medida de "barreira" mais direta entre a fonte de infecção (o animal) e o consumidor. Como as larvas de *Trichinella* se alojam na musculatura estriada, a legislação sanitária exige a pesquisa desses cistos em tecidos de eleição, como o diafragma (pilar do diafragma) ou masseter. O método de digestão artificial é o padrão-ouro recomendado pela OMSA (Organização Mundial de Saúde Animal) por ser mais sensível que a simples triquinoscopia de compressão, garantindo que carnes infectadas não cheguem ao comércio.

Justificativas das Alternativas Incorretas

- (B) Realizar campanhas de vacinação em suínos...



- Erro: Atualmente, não existem vacinas comercialmente disponíveis e eficazes para prevenir a triquinelose em suínos. O controle em nível de fazenda baseia-se em manejo sanitário e controle de roedores, não em imunização.
- (C) Instituir o tratamento massivo de cães e gatos...
 - Erro: Embora carnívoros domésticos possam se infectar, eles não são a fonte primária de infecção para humanos no contexto de consumo de linguiça suína. Tratar esses animais não impede que o ciclo continue ocorrendo entre suínos e roedores, nem torna a carne suína segura para consumo.
- (D) Orientar a população a ferver a água de consumo...
 - Erro: A triquinelose não é uma doença de veiculação hídrica (pela água). A transmissão ocorre exclusivamente pela ingestão de tecido muscular (carne) contaminado. Ferver a água não teria impacto algum na prevenção desta zoonose específica.
- (E) Realizar o controle de roedores sinantrópicos nas propriedades rurais.
 - Erro: Esta é uma medida de controle importante no nível da produção primária (fazenda), pois os ratos fazem parte do ciclo de manutenção da doença (os porcos se infectam ao comer ratos ou restos de carne). No entanto, a questão pede a medida mais direta e efetiva para prevenir novos surtos na população humana após a falha do abate informal. O controle de roedores é preventivo a longo prazo na fazenda, mas a inspeção de carnes (Alternativa A) é a única que garante a segurança imediata do produto final que chega ao prato.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Manual de Procedimentos para Inspeção *Post-Mortem* de Suínos. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: MAPA/SDA/CGPE, 2017. Página: 48-50 (Capítulo 5.4 - "Procedimentos para o Diagnóstico de Triquinelose").

QUESTÃO 42 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista as considerações a seguir especificadas:

A alternativa correta é a (D).

Esta questão exige o conhecimento das patologias específicas de pequenos ruminantes. Embora várias bactérias possam causar mastite, a gravidade do quadro clínico e o caráter de surto em caprinos direcionam para a Agalaxia Contagiosa.



Análise da Alternativa Correta

** (D) *Mycoplasma agalactiae* **

- Por que está correta? O *Mycoplasma agalactiae* é o principal agente da Agalaxia Contagiosa em cabras e ovelhas. Em sua forma aguda, ele causa uma mastite grave que se espalha rapidamente pelo rebanho (surto). O quadro é marcado por alterações visíveis no leite e sintomas sistêmicos severos, como febre alta, anorexia e depressão profunda, exatamente como descrito no enunciado. Além disso, a doença pode apresentar uma "tríade clínica": mastite, artrite e ceratoconjuntivite (infecção ocular).

Justificativas das Alternativas Incorretas

- (A) *Staphylococcus typhimurium*
 - Erro: Este nome científico está incorreto/inexistente. Existe a *Salmonella Typhimurium* (causadora de enterites) e o *Staphylococcus aureus* (causador de mastites, inclusive a gangrenosa). A alternativa foi escrita para confundir o candidato com nomes que parecem familiares, mas são biologicamente errados.
- (B) *Corynebacterium pseudotuberculosis*
 - Erro: Este é o agente da Linfadenite Caseosa ("Mal do Caroço"), que causa abscessos nos linfonodos. Embora possa afetar o úbere de forma crônica, ele não causa surtos de mastite aguda com febre e depressão severa em vários animais ao mesmo tempo.
- (C) *Escherichia coli*
 - Erro: A *E. coli* causa a mastite coliforme (ambiental). Embora em vacas leiteiras ela cause quadros sistêmicos graves de toxemia, em caprinos sua ocorrência como surto agudo e sistêmico é muito menos comum do que o *Mycoplasma*. A questão pede a "mais provável" considerando especificamente a espécie caprina.
- (E) *Streptococcus dysgalactiae*
 - Erro: Este agente está mais associado a mastites clínicas leves ou subclínicas e a infecções oportunistas relacionadas ao manejo de ordenha. Não é típico que cause depressão severa, anorexia e surtos agudos de alta gravidade sistêmica em caprinos.

Em síntese:

- Mastite Caprina + Febre + Sinais Sistêmicos + Surto: Pensar em *Mycoplasma agalactiae*.
- Mastite Caprina + Gangrena (Úbere azulado/frio): Pensar em *Staphylococcus aureus*.

Referência Bibliográfica: RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W.; CONSTABLE, P. D. Veterinary Medicine: A textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs and goats. 10th ed. Edinburgh: Saunders Elsevier, 2007. Página: 1503-1505 (Capítulo 20 - "Contagious Agalactia").



QUESTÃO 48 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que houve uma recente atualização normativa coincidindo com o íterim da elaboração.

NUTRICIONISTA

QUESTÃO 35 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, com mudança do gabarito da alternativa “B” para “C”, considerando que a afirmativa:

“() Para recém-nascidos a termo, com peso adequado para a idade gestacional, em aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, recomenda-se iniciar a suplementação profilática aos 90 dias de vida, mantendo-a até o 24º mês”

é falsa.

De acordo com o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (Portaria nº 1.555, de 30 de julho de 2013, e Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017), a suplementação profilática de ferro é indicada para todas as crianças de 6 a 24 meses de idade.

Adicionalmente, o Caderno dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes (2022) estabelece que “crianças em aleitamento materno exclusivo ou em uso de fórmula infantil somente devem receber suplementos a partir do sexto mês de idade”. O documento também orienta que, para crianças pré-termo (< 37 semanas) ou nascidas com baixo peso (< 2.500 g), a conduta deve seguir as recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Nesse sentido, a Sociedade Brasileira de Pediatria estabelece que, para recém-nascidos prematuros (idade gestacional inferior a 37 semanas) ou com peso inferior a 2.500 g, o início da suplementação deve ocorrer aos 30 dias de vida (Consenso sobre Anemia Ferropriva — Atualização 2021).

Referência Bibliográfica: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção



Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Diretrizes. Departamentos Científicos de Nutrologia e Hematologia. Consenso Sobre Anemia Ferropriva. Atualização: destaques 2021, nº 2, 2018. Atualização: 26.08.2021.

QUESTÃO 45 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será anulada, tendo em vista que a redação do enunciado inviabiliza a identificação de alternativa plenamente correta. Embora a questão tenha sido elaborada com base nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme a Resolução CD/FNDE nº 6/2020, com alterações introduzidas pela Resolução CD/FNDE nº 3/2025, verificou-se imprecisão técnica no comando da questão ao solicitar o “limite máximo permitido para compra de alimentos ultraprocessados”.

Nos termos do art. 21, inciso II, da referida resolução, estabelece-se que o percentual máximo de recursos destinados à aquisição de alimentos processados e ultraprocessados deve observar limite conjunto, sendo reduzido para 10% a partir de 2026 (§ 2º). A norma não fixa percentual máximo isolado para alimentos ultraprocessados, tratando essa categoria de forma associada aos alimentos processados.

Dessa forma, ao exigir do candidato a indicação de percentual específico para alimentos ultraprocessados, a questão adotou parâmetro não previsto explicitamente no texto normativo, o que compromete sua objetividade e impede a existência de alternativa integralmente correta entre as opções apresentadas.

Referência Bibliográfica: BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo.

Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2025.



ODONTÓLOGO

QUESTÃO 47 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que praticamente toda a dipirona é metabolizada; a excreção do fármaco na forma inalterada é mínima ou desprezível.

A alternativa E afirma que uma pequena fração significativa do fármaco é excretada na urina como dipirona inalterada. Ambos os termos - uma pequena fração ou uma porção significativa – estão incorretos. A alternativa estaria correta se afirmasse que uma quantidade mínima ou desprezível do fármaco é excretada na urina como dipirona inalterada.

“Além disso, estudos farmacocinéticos com método cromatográfico mostraram que após administração oral, a dipirona não é detectável em plasma ou na urina na sua forma inalterada, sugerindo que quase todo o fármaco é rapidamente convertido em metabólitos antes de ser excretado...”

Referência Bibliográfica:

https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210906_133233.pdf

Farmacocinética da dipirona em humanos; papel da via de administração.

QUESTÃO 49 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que apenas a alternativa C está incorreta.

O termo “Carpule” é usado como sinônimo de tubete anestésico ou ampola anestésica.

Ex: Bula do Cloridrato de Mepivacaína

Carregamento da seringa com os carpules

Os seguintes passos deverão ser obedecidos durante o preparo da seringa tipo carpule clássica:

1. Desinfetar o diafragma de borracha do carpule com uma gaze embebida em álcool isopropílico a 91% ou álcool etílico a 70%.
2. Carregar a seringa com o carpule, com atenção para seu posicionamento correto.



3. Após o fechamento da seringa, inserir a agulha descartável.

Referência Bibliográfica:

https://consultaremedios.com.br/cloridrato-de-mepivacaina/bula?srsItid=AfmBOoqOomo7kqzo_OXl49zRuJj7IKSDiuXmOanKgCZRbxLqRiJMrpAV

PROCURADOR JURÍDICO

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, pois o art. 34 expressamente veda o conhecimento de denúncia anônima. A alternativa B está incorreta, pois a representação, diferentemente da denúncia, não pode ser encaminhada por qualquer cidadão. O art. 32 define taxativamente quem pode formular representação. A alternativa C está incorreta, pois a denúncia tramitará em regime de urgência. A alternativa D está correta, pois o art. 35, II, determina que o Relator deve despachar liminarmente em dez dias, após a distribuição da denúncia, que tramita em regime de urgência. A alternativa E está incorreta, pois o art. 37 confere ao denunciante a condição de parte interessada, assegurando-lhe inclusive a interposição de recursos.

Referência Bibliográfica: Lei Orgânica | TCE-PR.

QUESTÃO 44 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa E está correta, pois havendo impugnação parcial, a parte incontroversa pode ser cobrada desde logo (art. 535, § 2º, do CPC) e, nesta hipótese, deve se considerar o valor total da condenação para expedição de RPV ou precatório, nos termos da ADI 5534.

Referência Bibliográfica: Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 45 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que todos os itens estão



corretos, nos termos do art. 784, incisos II, XI-A e IX, do Código de Processo Civil, respectivamente.

QUESTÃO 46 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que avulso é o trabalhador subordinado atípico que, de forma descontínua, presta serviço essencial e complementar à atividade da empresa, mas sem inserir-se na sua organização, sendo definição doutrinária de Carlos Henrique Bezerra Leite. Para a contratação de trabalhador avulso exige-se a intermediação de sindicato ou de Órgão de Gestão de Mão de Obra. Consigna-se que o trabalhador terceirizado não é subordinado à empresa tomadora do serviço.

Referência Bibliográfica: Carlos Henrique Bezerra Leite. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva: 14ª Edição. São Paulo. 2022).

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, já que o recurso de revista não é cabível contra decisões interlocutórias quando versarem sobre matéria de direito material, conforme dispõe o art. 893, §1º, da CLT, e inteligência da súmula 214/TST. O recurso de revista somente pode ser manejado contra decisão definitiva ou terminativa proferida em grau de recurso ordinário, salvo as exceções expressas na súmula retromencionada, as quais não se amoldam integralmente a alternativa questionada.

PROFESSOR

QUESTÃO 46 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão se refere não ao conceito específico de Competência diante da BNCC, mas sim, LEIA-SE NA ÍNTEGRA: A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, cita competências gerais que orientam a formação dos estudantes para o exercício da cidadania, para o trabalho e a vida em sociedade. Entre elas, destacam-se o pensamento científico, crítico e criativo, o repertório cultural, o autoconhecimento e a cultura digital. Tais



competências promovem integração entre conhecimentos e desenvolvimento de habilidades. Dessa forma, qual das alternativas indica a forma CORRETA de proceder quanto ao termo competência? Deve-se observar que os termos Entre elas, indicam que não se trata de definição em específico, mas sim, da interpretação e articulação do docente em relação aos processos de atuação pedagógica relacionando com as demandas e realidades pedagógicas em contexto, primando pela integração com as vertentes educacionais e sociais.

Ainda, a pergunta que indaga, dentre as repostas apresentadas, solicita a resposta correta em relação a como proceder quanto ao termo competência? E não o seu conceito específico no dispositivo legal citado. Dessa maneira, trata-se de uma questão de ordem interpretativa, baseada na leitura e interpretação da BNCC, indicada como conteúdo para o referido concurso. Por fim, pede, dentre as repostas citadas na questão, a que mais se aproximava em proceder ao termo competência. Sem mais para o momento, à disposição para qualquer esclarecimento.

PSICÓLOGO

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que foi elaborada corretamente conforme a referência bibliográfica indicada. Por gentileza atente-se ao artigo 5º - item IV, que coloca como componente da Rede de Atenção Psicossocial a “Atenção Residencial de Caráter Transitório” e seu respectivo ponto de atenção no item a) é a Unidade de Recolhimento.

“Art. 5º A Rede de Atenção Psicossocial é constituída pelos seguintes componentes:
IV - atenção residencial de caráter transitório, formada pelos seguintes pontos de atenção:

- a) Unidade de Recolhimento;
- b) Serviços de Atenção em Regime Residencial”

Referência Bibliográfica:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html



QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que foi elaborada corretamente conforme a referência bibliográfica indicada. Por gentileza atente-se ao artigo 7º que elenca os referidos princípios na alternativa E, nos itens XII “capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência” e XVI – “atenção humanizada”.

Referência Bibliográfica: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

QUESTÃO 48 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que foi elaborada corretamente e o gabarito permanece inalterado, esclarecendo que: para as três assertivas iniciais não houve contestação, a assertiva 4 está correta conforme o texto do autor supracitado, sendo utilizado como base teórica um trecho do texto constante na página 439: “O modelo que Bion propôs para a relação que o indivíduo tem com o grupo é o da relação continente-conteúdo, a qual comporta três tipos: “parasitário”, “comensal” e “simbiótico” (ZIMERMAN, 2007, p. 439). Ainda com base na referida obra, a quinta assertiva é FALSA considerando que esta concepção de grupo não é de Bion, mas sim da Teoria Sistêmica da dinâmica grupal.

Referência Bibliográfica: Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática / David E. Zimerman. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 439.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Ética é derivada do grego ethos, que significa costume, hábitos e valores de determinada coletividade. A palavra moral deriva do latim mos – ou mores no plural – que também significa costume ou as normas adquiridas como hábito. Segundo o Dicionário (1989, p. 323), ética é: “1) Estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana, do



ponto de vista do bem e do mal; 2) Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano”. (FERREIRINHA, 2012, p.5).

A ética pode ajudar na prática da administração pública. A administração pública, imbuída de servir aos seus cidadãos e de produzir práticas morais exemplares, deve fazer uso do corpo teórico e do conhecimento da ética dentro dos padrões morais ou normas convencionadas.

Srour (2011) aborda sobre as acepções e confusões que a ética provoca. Ele considera que existam três tipos de acepções que podem causar confusões, porque ampliam demais as concepções da ética:

1 - A ética é descritiva – que corresponde a juízo de valor, ou seja, quem tem boa conduta pode ser considerado como uma pessoa ética, ou seja, uma pessoa virtuosa e íntegra. Enquanto quem não condiz com as expectativas sociais pode ser considerado ‘sem ética’. Nesse sentido, Srour (2011) considera que a ética assume uma ideia simplista reduzida a um valor social, ou apenas um adjetivo.

2 - A ética é prescritiva – a ética como “sistema de normas morais ou a um código de deveres” (SOUR, 2011, p. 19), ou seja, os padrões morais que deveriam conduzir categorias sociais ou organizações passam a se chamar de código de ética; nesse sentido de prescrição a ética e moral tornam-se sinônimo indistinguível.

3 - A ética é reflexiva – que corresponde à teoria de um estudo sistemático como objeto de investigação que, ao transitar por diferentes áreas, pode ser considerada como:

- Ética filosófica – que reflete sobre a melhor maneira de viver (ideais morais).
- Ética científica – que estuda, observa, descreve e explica os fatos morais (a moralidade como fenômeno).

Referência Bibliográfica: FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes.

Ética e administração pública / Isabella Maria Nunes Ferreirinha.

Indaial: Uniasselvi, 2012.

QUESTÃO 25 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que, não há alternativa correta para a questão. Um grupo pode ser definido como duas ou mais pessoas que interagem umas com as outras para realizarem certas metas ou atenderem certas necessidades. Uma equipe é um grupo cujos membros trabalham intensamente uns com os outros para atingirem metas ou objetivos específicos comuns. Conforme implicam essas definições, todas as equipes são grupos, mas nem todos os grupos são



equipes. As duas características que distinguem as equipes de grupos são a intensidade com que os membros trabalham juntos e a presença de uma meta ou objetivo prioritário, específico.

Uma vez que todas as equipes são grupos, sempre que utilizarmos o termo grupo, estamos nos referindo tanto a grupos quanto à equipes. Como você pode imaginar, uma vez que os membros de equipes trabalham intensamente juntos, às vezes, pode ser difícil formar equipes, e pode levar tempo para os membros aprenderem a trabalhar juntos, efetivamente. Grupos e equipes podem ajudar a organização a ganhar vantagem competitiva porque eles podem (1) melhorar seu desempenho, (2) aumentar sua capacidade de resposta aos clientes, (3) aumentar a inovação e (4) aumentar a motivação e a satisfação dos funcionários.

Uma das principais vantagens de utilizar grupos é a oportunidade de obter um tipo de sinergia: as pessoas que trabalham em grupo são capazes de produzir mais resultados, ou de melhor qualidade, do que teriam produzido caso cada uma trabalhasse separadamente e todos os seus esforços individuais fossem combinados mais tarde. A essência da sinergia é captada no ditado: “o todo é muito mais do que a soma de suas partes”. Os fatores que podem contribuir para a sinergia em grupo incluem: a capacidade dos membros de trocar ideias entre si, a correção dos erros uns dos outros e a resolução de problemas assim que surgem, para trazer uma base diversa de conhecimento que dê suporte ao problema ou meta e para realizar um trabalho que seja vasto ou abrangente demais para qualquer indivíduo atingir sozinho.

Referência Bibliográfica:

JONES, Gareth R; GEORGE, Jennifer M. Administração Contemporânea. 4ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, a função básica do recebimento de materiais é assegurar que o produto entregue esteja em conformidade com as especificações constantes no Pedido de Compra. (GURGEL; FRANCISCHINI, 2013, p.123).

Note que o fornecedor, no momento da entrega, é um cliente para o setor de recebimento da empresa compradora (por mais paradoxal que possa parecer) e portanto, deve ser tratado com a deferência apropriada a um cliente.



Assim, procedimentos adequados na portaria da empresa, permitindo a rápida entrada dos veículos, são necessários para que o recebimento de material se processe sem prejuízo para nenhuma das partes. Esses procedimentos devem apresentar:

- Comunicação eficiente entre portaria e o setor de recebimento;
- Pessoal treinado para os procedimentos de entrada de fornecedores na empresa;
- Redução, ao mínimo possível, da burocracia para o preenchimento de autorizações de entrada na empresa.
- Disponibilidade, no local do recebimento, de equipamentos de pesagem ou outra inspeção especificada, evitando deslocamentos desnecessários;
- Capacidade de recebimento adequada ao volume de entrega de materiais pelos fornecedores, inclusive em períodos de maior demanda, evitando filas e tempo de espera que os prejudiquem sobremaneira.
- Estacionamento adequado para veículos que estão aguardando a entrada da fábrica.

Autorizada a entrada do veículo nas dependências da empresa, este deverá dirigir-se imediatamente as docas de recebimento e posicionar-se para providenciar a descarga do material.

Quanto a documentação:

- Conferência do material entregue diretamente na Nota Fiscal (NF) emitida pelo fornecedor;
- Geração de uma via cega (documento que não constam as quantidades da NF) em algum momento anterior ao descarregamento, com o objetivo de:
 - Obrigar a conferência de todos os itens entregues sem dispor da informação antecipada da quantidade entregue.
 - Ter segurança de que a conferência do material entregue realmente será feita.
 - Dupla verificação do material entregue: via cega versus NF e NF versus via cega.

Quanto a inspeção do recebimento:

- Imediata, no momento do recebimento.
- Posterior, com a retirada de amostras para ensaios de laboratório.
- Desnecessária, para fornecedores com qualificação adequada.

Quanto a liberação do entregador:

- Procedimentos rotineiros, se todos os requisitos especificados forem atendidos.
- Procedimentos de não conformidade, se constatada alguma irregularidade. Neste caso, as áreas responsáveis deverão ser informadas.

Define-se como inspeção de recebimento um conjunto de atividades de medição, exame, ensaio, verificação etc, de uma ou mais características do produto recebido,



e a comparação dos resultados com os requisitos especificados, a fim de determinar se há conformidade para cada uma dessas características.

O objetivo da inspeção é assegurar que os produtos recebidos não sejam utilizados ou processados até que tenham sido inspecionados ou verificados, estando em conformidade com os requisitos especificados.

Referência Bibliográfica: GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. Administração de materiais e do patrimônio. 2ed. São Paulo: Cengage, 2013.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as partes do documento no padrão ofício (BRASIL, 2018, p.27), são:

Formatação e apresentação

Os documentos do padrão ofício devem obedecer à seguinte formatação:

- a) tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21 cm);
- b) margem lateral esquerda: no mínimo, 3 cm de largura;
- c) margem lateral direita: 1,5 cm;
- d) margens superior e inferior: 2 cm;
- e) área de cabeçalho: na primeira página, 5 cm a partir da margem superior do papel;
- f) área de rodapé: nos 2 cm da margem inferior do documento;
- g) impressão: na correspondência oficial, a impressão pode ocorrer em ambas as faces do papel. Nesse caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (margem espelho);
- h) cores: os textos devem ser impressos na cor preta em papel branco, reservando-se, se necessário, a impressão colorida para gráficos e ilustrações;
- i) destaques: para destaques deve-se utilizar, sem abuso, o negrito. Deve-se evitar destaques com uso de itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a sobriedade e a padronização do documento;
- j) palavras estrangeiras: palavras estrangeiras devem ser grafadas em itálico;
- k) arquivamento: dentro do possível, todos os documentos elaborados devem ter o arquivo de texto preservado para consulta posterior ou aproveitamento de trechos para casos análogos. Deve ser utilizado, preferencialmente, formato de arquivo que possa ser lido e editado pela maioria dos editores de texto utilizados no serviço público, tais como DOCX, ODT ou RTF.
- l) nome do arquivo: para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira:
tipo do documento + número do documento + ano do documento (com 4 dígitos) +



palavras-chaves do conteúdo.

Referência Bibliográfica:

Brasil. Presidência da República. Casa Civil

Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos ; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO 35 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que A memória cache é organizada de forma hierárquica nos níveis L1, L2 e L3, com o objetivo de equilibrar desempenho, custo e capacidade. O nível L1 (Level 1) é a cache mais próxima do núcleo do processador, sendo implementada diretamente no core da CPU e construída com tecnologia SRAM, o que lhe confere latência extremamente baixa e altíssima velocidade de acesso.

À medida que se avança na hierarquia, as caches tornam-se maiores e mais lentas. A cache L2 possui maior capacidade que a L1, porém com latência superior, e a cache L3 é ainda maior e mais lenta, sendo normalmente compartilhada entre os núcleos do processador. Essa organização hierárquica visa minimizar o tempo médio de acesso à memória, atendendo rapidamente às requisições mais frequentes. Sendo assim, esta questão será anulada, pois somente o ITEM III está correto, e dentro das alternativa proposta nenhuma faz referência que somente o ITEM III está correto.

Referência Bibliográfica: DELGADO, José; RIBEIRO, Carlos. Arquitetura de Computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. E-book. p.469. ISBN 9788521633921.

FUNDAMENTAL COMPLETO

MOTORISTA

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o registro do mesmo é bloqueado até que a irregularidade seja sanada.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

OPERADOR DE MÁQUINAS**QUESTÃO 17 – GABARITO MANTIDO**

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista o anexo seguinte:



O rolo pneumático é um compactador estático essencial no acabamento de pavimentos asfálticos e solos, utilizando pneus emborrachados para amassar, selar e aumentar a densidade da mistura (reduzindo vazios para 3% – 7%). Operando geralmente após vibroacabadoras, possui de 7 a 9 pneus com eixos oscilantes, garantindo uniformidade e evitando marcas na superfície. 

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que está sim elaborada de forma correta como segue o anexo:

A sinalização de início de pista dupla é feita pela placa de advertência A-42A, que alerta motoristas sobre a transição de pista simples (mão única ou dupla) para uma via dividida por um canteiro central ou obstáculo físico. Esta placa amarela, com setas contrárias e um obstáculo no topo, exige atenção redobrada e, frequentemente, a redução da velocidade para o ajuste à nova configuração da via. 

- **Identificação:** Placa A-42A (amarela, orla preta, dois sentidos com obstáculo superior).
- **Significado:** Informa o início da separação física dos fluxos opostos.
- **Ação do Motorista:** Indica que o condutor não deve mais transitar no sentido contrário, mantendo-se à direita do canteiro ou defesa que se inicia.
- **Aplicação:** Utilizada em vias urbanas (geralmente 50x50cm ou 60x60cm) e rodovias (80x80cm ou 100x100cm), conforme o [Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito](#). 



Placa "Início de pista dupla" Sinalização Viária

Referência Bibliográfica: Tecnodata Curitiba – Primeira Habilitação,
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm.